

Maioria suficiente dos credores aceita dar "waiver" para o Brasil

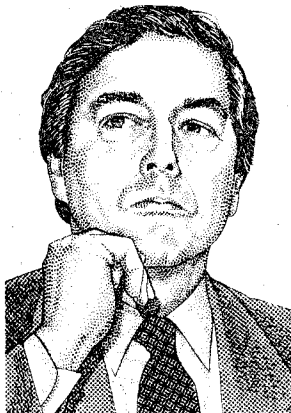
por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

Os bancos credores privados internacionais responderam favoravelmente ao pedido de "waiver" (dispensa) apresentado pelo Brasil por não ter cumprido a cláusula que previa um acordo do tipo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ontem, por volta das 17h30 (horário de Brasília), o Banco Central (BC) tomou conhecimento de que 67,04% do total dos US\$ 53 bilhões de créditos envolvidos na renegociação da dívida externa já haviam se comprometido, até aquele momento, com o "waiver". O prazo para a concessão do "waiver" termina hoje e a expectativa é de que a adesão supere bem a marca dos 67%, suplantando assim o mínimo necessário correspondente a dois terços dos créditos ou 66,66%.

As respostas recebidas até ontem são mais do que suficientes para assegurar a troca da dívida velha pelos novos bônus de até 30 anos no dia 15 de abril, dentro programado. Nesta data, o Tesouro Nacional deve comparecer com cruzeiros reais no montante necessário para adquirir cerca de US\$ 2 bilhões de zero coupon bonds do Tesouro dos Estados Unidos para garantir o principal do bônus ao par e de desconto e, ainda, cerca de US\$ 800 milhões em moeda estrangeira que ficará depositada no Banco de Compensações Internacionais (BIS), com sede na Basileia, na Suíça, para garantir o pagamento dos juros daqueles dois bônus e também do bônus de redução frontal dos juros. (FLIRE).

O Tesouro Nacional poderá adquirir os zero coupon de emissão dos Estados Unidos junto ao próprio Banco Central, supondo que os papéis norte-americanos já façam parte do ativo das reservas internacionais do País. O BC, como se sabe, tem liberdade para aplicar as reservas do País no mercado internacional e é possível que parte tenha sido alocada



Pedro Malan

em zero coupon bond de emissão do Tesouro norte-americano como medida de precaução, sabendo que dificilmente haveria tempo para se conseguir um "stand-by" com o FMI que redundasse em uma emissão especial dos Estados Unidos para atender ao acordo do Brasil com os bancos credores.

Há meses o BC tem separado parte das reservas em caixa com a finalidade de se preparar para o acordo da dívida externa.

O Tesouro Nacional do Brasil deve comprar as garantias com recursos que, imagina-se, estejam alocados para isto do ponto de vista do orçamento. Com os cruzeiros reais na mão, o BC faz a transferência dos zero coupon norte-americanos para o Tesouro Nacional, que vai entregá-los, em garantia, para custódia no Bis. O BC pode recomprar no mercado interno volume equivalente de dólares para tentar recompor o nível das reservas internacionais do País. Não há, nesta operação, impacto monetário, a menos que o Tesouro Nacional não tenha cruzeiros reais necessários e precise ser socorrido com emissão de moeda ou de títulos.

Hoje, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o presidente do Banco Central, Pedro Malan, vão informar a comissão de assuntos econômicos do Senado Federal sobre a adesão dos bancos credores ao pedido de

Rapidez sem precedentes

por Getulio Bittencourt de Nova York

O Citibank recebeu ontem, um dia antes do previsto, a autorização do número suficiente de "mais de dois terços" de bancos credores para conceder o "waiver" (suspensão de cláusula) na exigência de um acordo com o Fundo Monetário Internacional para concluir o Plano Brady do Brasil. Os credores privados externos são cerca de 750.

Para o vice-presidente do conselho do Citibank e chefe do Comitê Assessor de Bancos para o País, William Rhodes, a rápida resposta dos credores foi "sem precedentes". Ele confirmou então a conclusão do acordo de redução da dívida externa de menos de

US\$ 52 bilhões do País no próximo dia 15 de abril.

As respostas de credores "continuam chegando", informou o porta-voz do Comitê, Richard Howe, no final da tarde de ontem, ao divulgar o comunicado de Rhodes. Ele não dispunha contudo de números específicos.

O efeito imediato sobre o preço dos títulos da dívida externa do País foi uma ligeira queda no Bônus Idu, que representa os juros atrasados de 1989-1990 e é o ponto de referência para os papéis do País atualmente. "Os investidores estão comprando no boato e vendendo no fato", explica Ana Wong, vice-presidente na Baring Securities em Nova York.

(ver página 27)

"waiver", mas também terão de convencer os senadores sobre a necessidade de sigilo na operação de aquisição dos zero coupon bonds do Tesouro norte-americano.

Uma fonte lembrou a este jornal que quando a Argentina acertou com o Tesouro norte-americano que iria a mercado comprar os papéis para garantia ao seu acordo de renegociação da dívida externa, o próprio Tesouro dos Estados Unidos soltou uma nota na qual estimulava os argentinos a irem a mercado. Isto foi suficiente para puxar os preços dos papéis para cima, encarecendo assim o custo da aquisição das garantias.

Também imagina-se no governo que haveria necessidade de pedir autorização ao Senado Federal para o processo de "waiver", porque isto já está previsto no próprio memorando de entendimento que os senadores aprovaram no passado.

Além do convencimento dos senadores, há expectativa no governo de que até o dia 15 de abril seja possível chegar a um entendimento

com a família norte-americana Dart, que detém US\$ 1,4 bilhão de créditos junto ao Brasil. "Esperamos encontrar uma solução," limita-se a dizer o presidente do BC, Pedro Malan.

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem na reunião plenária do Conselho Monetário Nacional (CMN) (ver nesta página) que o acordo com os bancos credores internacionais põe fim a onze anos de negociações fazendo questão de lembrar que o processo atual, perto de chegar a sua definição, foi iniciado pelo embaixador Jório Dauster, nas conversas iniciadas em 1990. Com relação à posição do FMI, o ministro explicou aos conselheiros que o Brasil viu-se sem condições de fazer uma proposta factível, com metas, enquanto a nova moeda, o real, não fosse emitida. "O FMI foi muito severo na análise, fez todos os cálculos com uma lupa, e me atormentou mais do que meus próprios colaboradores", disse Fernando Henrique Cardoso na reunião de ontem do CMN.